

**ANGOLA PERNAMBUCANA? OS GOVERNOS ANGOLANOS DE JOÃO
FERNANDES VIEIRA E ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS, E SEUS INTERESSES
NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO, 1658 A 1666**

Leandro Nascimento de Souza*

No início da ocupação portuguesa na África, a estratégia era usar o máximo de exploração econômica com o mínimo de ocupação territorial, com feitorias e fortalezas localizadas em pontos importantes na costa africana. Portugal manteve seu negócio negreiro, no século XVI e primeira metade do século XVII, negociando com os chefes tribais, através dos Pumbeiros¹, realizando várias alianças comerciais com tribos africanas. Com a união Ibérica iniciada em 1580, esse tipo de negociação não sofreu muitas mudanças, como explica Eduardo de Oliveira França “A exploração do Império pela burguesia portuguesa se fez, sobretudo, clandestinamente, graças ao tráfico de escravos que por meio dos asientos e das licenças lhe concedia a Coroa espanhola” (FRANÇA, 1997, p. 384). Nessas condições, o trato negreiro era feito de forma indireta, o tráfico de escravos dependia de terceiros para que o sistema continuasse ativo, inclusive dos próprios africanos fornecedores de escravos para os asientistas². Essa situação “confortável” se modificou com as invasões holandesas no Norte brasileiro em 1630, controlando a produção açucareira, e posteriormente a invasão da costa africana iniciada em 1637, controlando o fornecimento de escravos. A perda das colônias foi um dos motivos para a restauração portuguesa de 1640. As colônias portuguesas foram reconquistadas com iniciativas dos próprios colonos, tanto no Brasil quanto em Angola. Com a retomada de Angola em 1648, Portugal teve outro desafio, recuperar o trato negreiro. Com pouco território e pequenas alianças realizadas, Portugal enfrentou uma grande concorrência mercantil, o Reino do Congo³. Aliado dos holandeses, o Congo havia feito alianças comerciais e militares com uma grande parte dos chefes tribais, muitas vezes pela força, invadindo territórios portugueses, aprisionando escravos e influenciando a África Central com um sentimento antilusitano e de desprestígio da Coroa Portuguesa. A posição de Portugal com relação a essa situação foi de extrema cautela, pois havia um alto risco de outras invasões na costa africana e no Brasil, além de que, o Reino ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões. Mas, como expõe Alencastro “Angola sustenta o Brasil, o qual sustenta Portugal” (ALENCASTRO, 2000, p. 247). Essa importância do trato negreiro para a

* Mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da graduação e pós-graduação em história da Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO. Email: nassoza@hotmail.com.

produção açucareira na América portuguesa, fez com que os governadores luso-brasileiros em Angola investissem na expansão territorial no sertão africano. No governo de Salvador de Sá, de 1648 a 1652, como o Norte brasileiro ainda estava sob domínio batavo, houve uma ampliação no tráfico negreiro no eixo Sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro. Nos governos de João Fernandes Vieira, 1658-1661, e de André Vidal de Negreiros, 1661-1666, é que foram colocadas em prática as mudanças estruturais necessárias para retomar o controle e prestígio português na África, ampliando o tráfico de escravos no Atlântico português, sobretudo no eixo entre Pernambuco e Angola.

O prestígio Pernambucano

Em 1641, Portugal assina um tratado de paz com a Holanda, a partir desse momento tem início as várias negociações para a retomada das colônias que foram perdidas para os Países Baixos no período da União Ibérica. Paralelamente, os colonos dessas regiões agiram sem o consentimento oficial, mas não sem o conhecimento da Coroa portuguesa. Logo, enquanto Portugal negociava, os colonos agiam e confrontavam os batavos, oferecendo mais subsídios para as negociações (MELLO, 2003, p. 57). E mesmo que o desfecho das negociações tenha envolvido a Inglaterra como intermediária, e Portugal tenha assumido uma grande dívida para ter suas colônias de volta, podemos dizer que as atitudes dos colonos tanto na África como em Pernambuco foram de fundamental importância para a expansão e consolidação do Império Ultramarino Português.

Em Pernambuco, os colonos que lutaram quase sem a ajuda Real, sentiram-se no direito de terem privilégios. E Portugal ofereceu, dentro das suas possibilidades, honrarias aos restauradores, pois a Coroa tinha a desconfiança de que o não cumprimento das suas exigências poderia causar um descontentamento, e conseqüentemente, a emancipação de regiões coloniais, visto a popularidade dos líderes da restauração. Então, D. João IV, manifestou sua gratidão através de concessões de comendas, terras, foros, títulos de nobreza, patentes militares e pensões para aqueles que tiveram destaque na recuperação da Capitania (ACIOLI, 1997, p. 51).

O sentimento de orgulho foi muito grande entre os restauradores pernambucanos, e os critérios de recompensa Real não foram bem aceitos, principalmente entre os líderes do movimento, pois além dos títulos e honras, eles queriam cargos de poder. Várias cartas são enviadas ao conselho ultramarino, replicando e insistindo em mercês mais honrosas. Com muita astúcia a Coroa portuguesa concedeu mais privilégios aos que lhe pareciam mais leais, causando certa inveja entre os restauradores. Em troca de recompensas mais generosas João

Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros tornaram-se leais vassallos, e os favorecimentos da Coroa lhes deram uma visão maior por conquistas e poderes políticos e militares. Um grande exemplo disso são os pedidos de João Fernandes Vieira para cargos de governos no ultramar lusitano como o governo vitalício de Pernambuco, o do Maranhão por nove anos, o de Angola por seis e o título de conde e almirante do estado do Brasil (ACIOLI, 1997, p. 56-57). Grande parte lhe foi negado, pois os postos políticos mais importantes foram ocupados por pessoas que ofereciam menos perigo à estabilidade da Coroa. Pelas nomeações de cargo de poder, Portugal vai organizando o controle do seu ultramar, privilegiando até certo ponto os colonos para impedir revoltas.

Nesse contexto, Portugal demonstrou um pluralismo político, e uma redução das funções da Coroa do centro à periferia, e que o poder jurídico estava atrelado a tradições locais, mostrando uma flexibilidade no centro do poder real, até mesmo para controlar as regiões através da satisfação dos seus líderes. Essa forma de controle do império português atrelada ao prestígio adquirido por João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros foram os elementos fundamentais para que o tráfico de escravos na região de Angola fosse expandido e consolidado.

Política imperial: governos locais

Há uma grande discussão a respeito de que tipo de centralidade política Portugal usava em seu Reino. Quais os critérios na escolha dos governadores e na tomada de decisões? para o historiador português Antonio Manuel Hespanha a administração portuguesa era:

Um sistema feito de uma constelação imensa de relações pactadas, de arranjos e troca entre indivíduos, entre instituições, mesmo de diferente hierarquia, mesmo quando um teoricamente pudesse mandar sobre o outro. Como se, sendo o mando tão difícil de fazer valer, se preferisse o entendimento recíproco, às boas, com lucros para as duas partes. (HESPANHA, 2009, p. 47).

Logo, uma administração de territórios tão vastos, intercontinentais, ficaria muito difícil de praticar um poder político e de direito igual para todas as regiões, por ser regiões diferentes em climas, pessoas nativas, alimentação, costumes, políticas, enfim, situações bem distintas de uma região para a outra. Como explica Russell-wood:

Um império desta vastidão constituiu um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa. Esse desafio foi duplo. Em primeiro lugar, foi necessário encontrar a maneira mais eficaz de afirmar e de manter o controle real sobre uma teia constituída por territórios que incluíam desde fortes a entrepostos comerciais e



ilhas isoladas, até massas territoriais como o Brasil ou Angola. (RUSSELL-WOOD, 1998, p. 11).

Assim os cargos de governança, distribuídos pelo império português, tinham suas particularidades, as quais os governadores tinham certa autonomia em decisões, levando em consideração a situação local, Hespanha expõe que:

De acordo com a doutrina da época, os governadores gozavam de um poder extraordinário, semelhante ao dos supremos chefes militares. Tal como o próprio rei, podiam derrogar o direito em vista de uma ainda mais perfeita realização da sua missão. Nos regimentos que lhes eram outorgados, estava sempre inserida a cláusula de que poderiam desobedecer às instruções régias aí dadas sempre que uma avaliação pontua do serviço real o justificasse. (HESPANHA, 2001, p. 174-175)

Além de que os governadores estavam, de certa forma, distantes e isolados do poder central, os problemas locais não podiam esperar meses de viagem por uma resposta, cabendo ao governador local resolver tais embargos.

A administração das colônias portuguesas, no curso de sua expansão, estava ligada a conceder privilégios a indivíduos ou grupos que realizassem serviços em prol da Coroa. Com a União Ibérica houve uma institucionalização da governabilidade, através de instituições de controle e organização do império. Com a restauração portuguesa de 1640 e a reconquista dos territórios perdidos para os holandeses na América portuguesa e na África, a política de privilégios e bem mais viabilizada, como explica a historiadora Maria de Fátima Gouvêa:

Dinamizava-se uma economia política de privilégios viabilizada pela concessão de mercês e privilégios dispensados tanto no Brasil – enquanto área privilegiada no interior das hierarquias espaciais do conjunto imperial – quanto aos homens inter-relacionados pelo conjunto de políticas então articulada pela Coroa e seus vassalos. (GOUVÊA, 2001, p. 98).

Em suma, para retratar a administração do império português percebemos na ação política um pluralismo, e uma redução das funções da Coroa do centro à periferia, analisando que o poder jurídico estava atrelado a tradições locais, mostrando uma flexibilidade no centro do poder real e que surge um espaço de negociação, que edifica as relações múltiplas entre a autonomia das câmaras municipais, instituições eclesiásticas ou senhoriais e o poder Real, que se beneficiava do bom andamento dos negócios coloniais. A economia política dos privilégios, institucionalizada pelas monarquias do Antigo Regime nas colônias, estava relacionada numa cadeia de negociações entre redes pessoais e institucionais do poder local e o trono metropolitano, hierarquizando os homens e o acesso aos bens imperiais. E mesmo os

que historiadores que discordam dessa flexibilidade portuguesa, admitem que para o século XVII, ela é bastante coerente, como é o caso de Laura de Mello e Souza:

Por tudo isso, parece-me que os pressupostos teóricos abraçados por Antonio Manuel Hespanha funcionam bem no estudo do seiscentos português, mas deixam a desejar quando aplicados ao contexto do Império setecentista, em geral, e das terras brasílicas em específico. (SOUZA, 2009, p. 81).

Levando em consideração que a nossa pesquisa se passe na segunda metade do século XVII, vemos essa flexibilidade portuguesa perante a autonomia local dos governadores servirem para as explicações dos acontecimentos do governo de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros em Angola.

As medidas de João Fernandes Vieira em Angola

Enriquecido pela confiança e proteção inicial dos holandeses, João Fernandes Vieira teve seus bens aumentados com as graças portuguesas, tornando-se o mais rico dos colonos de sua época, chegando a possuir 16 engenhos nas capitanias de Pernambuco e Paraíba, cerca de 2.000 escravos, além de várias outras propriedades (ACIOLI, 1997, p. 55). Dos cargos de poder solicitados, Portugal lhe concedeu bem menos, o governo de Angola por três anos, e enquanto esperava pela vagância do cargo, assumiu o governo da Paraíba em 1655. Como governador, realizou medidas que pudessem lhe interessar, ou seja, beneficiar a produção açucareira, a qual dependia dos escravos africanos. Por esse motivo, seu governo em Angola foi bastante conveniente, pois suas medidas restauraram e expandiram o comércio bipolar entre os portos de Luanda e Recife, enfraquecidos com o governo de Salvador de Sá em Angola, no período de 1648 a 1651, onde foi favorecido o tráfico entre Luanda e Rio de Janeiro (BOXER, 1973, p. 245).

Querendo controlar o mercado de escravos, João Fernandes Vieira realiza várias medidas para fortalecer militarmente a sua administração, logo de início ele colocou gente sua para os cargos administrativos e militares, ocasionando assim uma demanda de colonos pernambucanos para gerir seu governo, principalmente os militares que lutaram na expulsão holandesa (MELLO, 2000, p. 330-331), pois o interesse de Vieira era de expandir o território português no interior da África central, recuperar as alianças e submeter à maior ameaça, o Reino do Congo, além de tentar eliminar os intermediários no trato negreiro, pois na sua perspectiva não se negociava com nativos e sim os conquistava. Para tanto, os militares pernambucanos vão ser muito úteis, pois já tinham experiência em batalhas no ultramar.

Vieira pede autorização a Coroa para transferir grande parte da artilharia tomada dos holandeses para Angola.

Entre suas medidas, está o fortalecimento da região já controlada, como obras nos portos, ampliando seus cais, restauração e construção de fortalezas e ampliação do poderio militar. Após esse controle vai ter início a expansão territorial, várias regiões vão ser reconquistadas e outras submetidas pela primeira vez. Conquistou a região de Ambarca, conseguiu a vassalagem das terras de Libolo e Quissama, recuperou o porto de Benguela, criou rotas terrestres seguras, recuperou o rio Cuanza e o trato salineiro, além de iniciar negociações para aliança política com os guerreiros Jagas do reino de Matamba que era governado pela temida rainha Jinga (ALENCASTRO, 2000, p. 286). Essas conquistas arrecadaram um grande número de escravos para o Brasil, principalmente Pernambuco. Seu interesse era criar uma rota segura entre Angola e Moçambique. Suas medidas restauraram o prestígio português que havia sido perdida no período holandês e pela influência do Reino do Congo.

Com o Reino do Congo Vieira foi mais cauteloso, usou de muita negociação, pois este Reino era reconhecido pela Santa Igreja Católica, tinha seu bispado próprio e muita influência com Roma e Madri. Nas negociações Vieira exigiu o cumprimento dos tratados anteriores e enquanto a resposta não vinha, atacava os vassalos fieis ao Congo. Depois de muitas ameaças de invasão ao território congolês, em 1659, Vieira consegue que o Congo cumpra parte de acordos anteriores, principalmente na liberação de um grande número de escravos para Luanda. Medida que o fez perder parte do apoio que tinha para uma invasão.

Outra medida importante de Vieira foi a denuncia do envolvimento dos jesuítas no tráfico negreiro, que tinham tornado-se menos missionários e mais materialistas. Aliou-se aos capuchinhos e acusou os jesuítas de várias irregularidades, ocasionando na sua excomunhão pela ordem da Companhia de Jesus. Essas medidas foram importantes ao ponto de um século depois o Marques de Pombal expulsar os jesuítas das colônias portuguesas (MELLO: 2000, p. 346-349).

Com o fim do seu governo e sem seu principal objetivo conquistado, submeter o reino do Congo aos portugueses, Vieira tem a oportunidade de ter continuidade na sua política expansionista através do seu sucessor, o “compadre” André Vidal de Negreiros. Na sua chegada, em 1661, Negreiros passou alguns meses com a companhia de Vieira, onde o mesmo fez questão de lhe passar todo o planejamento expansionista.

A continuidade de André Vidal de Negreiros

Com um grande prestígio perante a Coroa, Negreiros foi possuidor de invejável fortuna, grandes lotes de terra compreendendo mais de trinta léguas, cinco engenhos, mais de vinte fazendas de criação de gado, sítios de pesqueiras, grande numero de escravos, prédios e outros bens (ACIOLI, 1997, p 55). Seus cargos políticos foram mais importantes do que os de Vieira, foi governador do Maranhão de 1655 a 1656, governador de Pernambuco de 1657 a 1661, governador de Angola entre 1661 e 1666, e novamente de Pernambuco em 1667. Seu prestígio foi colocado a prova em várias situações: conflitos com o governador Barreto de Menezes⁴, e desobediência a Coroa em determinados momentos no seu governo em Angola.

Para Negreiros também foi interessante a expansão para o interior africano, pois tinha feito vários acordos com Vieira, que tinha vários agentes envolvidos no tráfico. Além de que era um senhor de terras na América portuguesa, onde tudo funciona pelo sistema escravista. Com isso a política implantada por Vieira teve continuidade, só que desta vez o intuito maior era a invasão ao Reino do Congo, submetendo-o a Portugal, aumentando ainda mais o controle sobre a região e o tráfico de escravos. Mas essa medida não foi fácil, pois a invasão tinha que ser justificada, principalmente em Roma. Para a igreja católica, o Congo era uma porta aberta para uma melhor entrada do cristianismo nessa região africana, uma vez que os próprios africanos a pregavam. Outro problema enfrentado por Negreiros foi a determinação de Portugal, de 1664, que cancelava as investidas militares no interior africano, dando prioridade a proteção da costa atlântica, sobretudo Luanda, pois havia muita ameaça de invasões por parte de outros países interessados em comandar o escravismo.

O governo de Negreiros teve vários momentos de desentendimento com a Coroa portuguesa, principalmente pela sua insistência na invasão ao Congo. Utilizando o seu prestígio ele seguiu em frente e usou de várias estratégias para criar justificativas de avanço militar no território congolês. Denunciou o Rei do Congo, Mulanza, de subtrair terras e metais preciosos de Portugal, e declarou refutação ao caráter cristão do Congo, relatando que o cristianismo era apenas uma fachada para agradar Roma, e os cultos pagãos sempre estavam presentes nos rituais cristãos. Essas denúncias foram chamadas de cisma dos cônegos congolezes o que causou um grande descontentamento ao Rei Mulanza, a qual declara guerra a Angola portuguesa (ALENCASTRO, 2000, p. 291-292).

Com a guerra declarada por Mulanza, foi mais fácil para Negreiros ter o apoio que precisava, logo tratou de montar a estratégia para vencer a guerra contra o Congo. Uma grande vantagem para Negreiros foi a aliança com o Reino de Matamba, governado pela rainha Jinga e os guerreiros Jagas⁵. Vários conflitos se estenderam no interior africano, mas a

guerra só tem seu desfecho com a batalha de Ambuíla em 1665. O exercito de Negreiro era composto por tropas luso-afro-brasílicas. Adquiridas nos conflitos contra os holandeses em Pernambuco, na luta contra quilombos e até mesmo nos conflitos com indígenas, as tática de guerrilhas brasílicas foram de fundamental importância para a vitória nessa guerra, até mesmo a experiência com os armamentos fizeram a diferença, as tropas de Negreiros utilizaram mosquetes melhores adaptados a região, ao invés dos mosquetes holandeses, usados pelo exercito do Congo, que se apagavam com a umidade, sem falar nos cavalos que eram uma grandiosa arma militar contra os africanos (CADORNEGA, 1940, p. 219-222).

Com a batalha e a guerra ganha, Negreiros assume de vez o seu prestígio perante Portugal, além aumentar os números do tráfico de escravos africanos para o império português, alimentando cada vez mais a produção açucareira no Brasil, principalmente ampliando o comercio bipolar ente Recife e Luanda.

Considerações finais

A travessia atlântica dos militares de Pernambuco para Angola se deu em um contexto bastante favorável, pois além da vontade e a coragem dos indivíduos, houve os benefícios para Portugal. As estratégias militares utilizadas em Pernambuco forneceram um grande aprendizado para a luta na África, e através disso os “prestigiados” de Pernambuco conseguiram oportunidades. As vantagens de Portugal, dos governadores e dos militares se completaram. Houve um grande interesse da Coroa portuguesa, e seu Conselho Ultramarino, no recrutamento de oficiais e soldados que estavam no Brasil para defender a colônia africana. A alta mortalidade dos soldados europeus contribuiu para a crença de que recrutas vindos do América portuguesa ou de outras regiões de clima tropical, São Tomé, por exemplo, teriam melhores condições de adaptação ao ambiente climático, alimentar e epidemiológico angolano (ALENCASTRO: 2000, p. 65-66).

Mas, além do argumento biológico, a questão também tinha relação com os governadores João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, que empregava em Angola tropas com estratégias militares que já tinham sido testadas com sucesso nos conflitos da América portuguesa, principalmente os que lutaram na expulsão holandesa em Pernambuco. Em 1658, por exemplo, o recém-empossado Vieira criou em Luanda duas companhias formadas por soldados pernambucanos.

Fazendo uso da teoria do historiador inglês Edward Palmer Thompson, podemos analisar a sociedade colonial da segunda metade do século XVII, o “fazer- se” dos membros

da sociedade na colônia portuguesa estava atrelado ao interesse dos homens e mulheres em suas ações e relações sociais. Como relação histórica, um grupo relaciona-se com outro. Os grupos se definem pela sua história e como formação social e cultural, que só adquire existência ao longo de um processo histórico que envolve as experiências dos colonos (THOMPSON, 2009, p. 223).

A experiência permite perceber e reconhecer as ações humanas fazendo a história. Esta é feita por agentes efetivos e não uma história em que predomina estruturas sem sujeito. São as experiências cotidianas “herdadas ou partilhadas” e de lutas das pessoas que contribuem para seu “fazer-se”. Logo, os grupos não são só determinados pela posição econômica que o indivíduo assume dentro da estrutura de produção em sua sociedade. E nem precisam de um guia para pensar por eles, pois sua experiência e interesse próprio são fundamentais para o seu “fazer-se” em um grupo ou em outro. “*A consciência dos grupos são formados como essas experiências são tratadas em termos culturais encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais*”(THOMPSON, 1987, p. 10).

As experiências dos militares pernambucanos sejam oficiais, soldados ou recrutas, enquanto sujeitos históricos e agindo em prol de uma ascensão social, são de fundamental importância para a compreensão dos fatos ocorridos em Angola e em Pernambuco nos anos de 1658 a 1661, pois foi através do seu “fazer-se” que militares pernambucanos tiveram suas vidas alteradas pelas lutas em território angolano, modificando assim a história do tráfico de escravos desse período, participando como “sujeitos da história”, na consolidação do Império ultramarino português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e conflitos:** Aspectos da administração colonial, Pernambuco - século XVII. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- BOXER, Charles Ralph. **Salvador de Sá:** e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1973.
- CADORNEGA, Antonio de oliveira de. **História geral das guerras angolanas:** 1680. Lisboa: Agência geral das colônias. V 2, 1940.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. **Portugal na época da restauração.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)**. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

HEPANHA, Antonio Manuel. **Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou O revisionismo nos trópicos**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **A constituição do Império português**. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. Gouvêa Maria de Fátima. (org). O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

PANTOJA, Selma. **Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão**. Brasília: Thesaurus, 2000.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América**. Lisboa: Difel, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. **Política e administração colonial: problemas e perspectivas**. In: SOUZA, Laura de Mello. FURTADO Júnia ferreira. BICALHO, Maria Fernanda. (org). O governo dos povos. São Paulo: Alameda, 2009.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **A formação da classe operaria inglesa I: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 1987.

Notas

¹ Agentes na sua maioria formados por mestiços. Os pumbeiros trabalhavam negociando com os grandes chefes, sobas ou militares portugueses. Durante um tempo, internavam-se no interior de Angola, trocavam os escravos por tecidos, vinho e objetos de quinquilharias, voltando com uma centena de escravos para serem negociados com os asientistas no litoral africano.

² Licenças ou concessões vendidas pela Espanha a negociantes de escravos na África Central, na sua maioria de famílias portuguesas.

³ Portugal inicia em 1483 um processo de aculturação no Reino do Congo, logo houve uma cristianização e criação de uma aristocracia formada pelo trato negreiro. Essa aristocracia passou de aliado a rival de Portugal, pois desejava acabar com os intermediários no tráfico de escravos para o novo mundo. Esse entrave vai perdurar até a conquista do Reino comandada por André Vidal de Negreiros em 1665. (ALENCASTRO, 2000, p. 70-74).

⁴ André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto de Menezes tiveram vários conflitos de jurisdição e de poder político. O primeiro foi quando Menezes governava Pernambuco pós-restauração, Negreiros lutou para que as exigências dos que lutaram na expulsão holandesa fossem atendidas e Menezes defendia os interesses do Reino, causando um grande mal estar na sua administração. Segundo é que quando Menezes se torna governador geral do Brasil vai tentar intervir na administração de Negreiros no seu governo em Pernambuco, foi um grande conflito de jurisdição que Negreiros vai usar todo o seu prestígio perante a Coroa (ACIOLI, 1997, p. 81-92).

⁵ Uma das personagens mais conhecidas da história centro-africana foi a chefe de Matamba chamada pela crônica portuguesa e missionária de rainha Jinga. Nascida em torno de 1580, na chefatura do Ndongo, filha do principal chefe da região, que tinha o título de *ngola a kiluanje*, morreu em 1663, depois de uma longa vida ocupada em grande parte em guerrear com os portugueses. Com a expulsão dos holandeses de Luanda pelas tropas afro-luso-brasílicas comandadas por Salvador Correia de Sá, Jinga ficou sem seus principais parceiros brancos. A partir de então, buscou com empenho cada vez maior estabelecer a paz com os portugueses, que pelo seu lado também a buscaram com mais vigor, privilegiando o bom fluxo das mercadorias por meio de acordos com os chefes locais em detrimento das guerras de conquista, que produziam escravos mas eram por demais dispendiosas. No processo de estabelecimento da paz com os portugueses foi central a atuação dos missionários capuchinhos, que desde 1645 atuavam na região de Angola (PANTOJA, 2000 p. 15).